

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ – FAG

ALICE DOS PASSOS

ISADORA MARIA DE OLIVEIRA TRINDADE

**PERSPECTIVAS DA BNCC: AS IMPLEMENTAÇÕES DA BNCC PARA O ENSINO
FUNDAMENTAL I**

CASCATEL

2020

**ALICE DOS PASSOS
ISADORA MARIA DE OLIVEIRA TRINDADE**

**PERSPECTIVAS DA BNCC: AS IMPLEMENTAÇÕES DA BNCC PARA O ENSINO
FUNDAMENTAL I**

Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de
Pedagogia, do Centro Universitário da Fundação
Assis Gurgacz.
Prof. Orientador: Jean Carlos Coelho

**CASCADEL
2020**

PERSPECTIVAS DA BNCC: AS IMPLEMENTAÇÕES DA BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I

Trabalho apresentado no Curso de Pedagogia, da Faculdade Assis Gurgacz/ Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel/Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação do Professor Especialista Jean Carlos Coelho.

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador da Faculdade
Assis Gurgacz
Especialista

Professora Avaliadora da Faculdade
Assis Gurgacz
Especialista

Professora Avaliadora da Faculdade
Assis Gurgacz
Especialista

PERSPECTIVAS DA BNCC: AS IMPLEMENTAÇÕES DA BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I

PASSOS, Alice dos¹
TRINDADE, Isadora Maria de Oliveira²

RESUMO

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso é pontuar assuntos sobre a efetivação da Nova Base Nacional Comum Curricular na Educação Básica brasileira, de forma a analisar fatores significantes para a real execução dessa nova metodologia. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, abordando o que já se sabe sobre o tema, quais as falhas existentes e os principais entraves teóricos. A revisão narrativa aborda o problema embasado em referências teóricas, no processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em investigação de resposta a uma pergunta específica. Pontuamos implicações destas e outras alterações, que indicaram a necessidade de mais tempo para um aprofundamento na elaboração e implementação do documento e ainda sua real efetivação nas escolas, visto que ainda não foi de fato executado, bem como a importância de se estabelecer um diálogo com as diferentes esferas que compõe a educação básica nacional de forma direta ou indireta.

PALAVRAS-CHAVES: BNCC. Educação em tempo integral. Implementações.

1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC é um documento que tem por finalidade regulamentar as aprendizagens essenciais que abrangem tanto o ensino público como particular e em todos os níveis de ensino visando o desenvolvimento pleno do sujeito, trabalhando suas habilidades e competências como um todo, mas será que nosso ensino, sem exceções tem condições de seguir tais regulamentações?

Essa denomina-se como uma mobilização de conhecimentos em que são trabalhados conceitos e procedimentos e suas habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais, ressaltando a importância no desenvolvimento do cidadão em amplas áreas na vida. Partindo

¹ Acadêmica de graduação do curso de Pedagogia do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz; E-mail: alicedospassos2014@gmail.com;

² Acadêmica de graduação do curso de Pedagogia do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz; E-mail: isaoliveira0210@outlook.com

dessas competências, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem ser tomadas e orientadas conforme o desenvolvimento das mesmas, para que indique a todos, que estão sendo plenamente desenvolvidas com os alunos.

Assim este trabalho tem por objetivo analisar bibliograficamente tais implementações, que estão sendo realizado aos poucos dentro das escolas. O real movimento de tudo isso ainda é breve, pois não teve uma execução, mas sim estudos, análises e ajustes para que num futuro próximo as implementações da BNCC sejam de fato presentes no ambiente escolar. Abordando de forma mais enfática o Ensino Fundamental-Anos Iniciais no contexto da educação básica, o desempenho da sua aprendizagem, da educação em tempo integral, em que coloca seu real significado, que além de se ter mais tempo na escola, o aluno irá se deparar com novas metodologias, conceitos e maneiras de lidar com a aprendizagem.

Perante o assunto de uma educação em período integral, pensamos na gestão pedagógica de diretores e educadores. Como se adaptar a esta mudança? Não somente a esta, mas todas as adaptações necessárias para seguir o que pede o novo documento, pois, a BNCC é um documento normativo, não facultativo. Ele estabelece as normas, diretrizes e seus respectivos resultados, é um documento obrigatório. O primeiro passo para todos os estabelecimentos de ensino é o estudo e o conhecimento sobre o documento, o que já vem sendo realizado pela maior parte da rede de ensino, mas é necessário muito mais que isso para a real efetivação.

Tem como objetivo principal nortear os currículos dos estados e municípios de todo o território nacional a partir de suas perspectivas, assim por intermédio de uma revisão bibliográfica em que abordamos sobre o tema, quais as lacunas existentes e os principais entraves teóricos, buscando por meio desses documentos saber mais sobre esse e conhecer sobre as novas metodologias que abrangem os temas transversais. Assuntos referentes à formação integral do aluno como cidadão, sujeito crítico, sua inserção no mercado de trabalho de qualidade, pensando assim em todas as fases do indivíduo com a importância merecida.

Fica claro o papel de tal documento diante de uma educação que de as mesmas condições a todos, valorizando de forma direcionada a cultura, diversidade e peculiaridades de tal região, da comunidade escolar onde se está inserido e principalmente do aluno, o qual é sujeito ativo nesse processo.

2 O ENSINO FUNDAMENTAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Segundo a BNCC do Ensino Fundamental no Contexto da Educação Básica, 2017, esse documento valoriza situações em que o lúdico atua como ferramenta de aprendizagem, ressalta a importância da articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal ligação necessita analisar tanto a gradativa sistematização de tais experiências, quanto ao desenvolvimento dos estudantes, propriamente dito. Novas formas de se relacionar com o planeta, novas possibilidades de pesquisar e elaborar hipóteses sobre os fenômenos, de investigar, responder, questionar e fazer considerações, numa ação ativa na construção do conhecimento.

Falando ainda sobre tal documento norteador, O Ensino Fundamental no Contexto da Educação Básica (2017), traz a seguinte contribuição onde em tal fase a criança está passando por mudanças importantes no processo de desenvolvimento, que afetarão sua relação consigo mesma, com os outros e com o mundo. Como o Guia Curricular Nacional do DCN enfatiza, maior inteligência e maior autonomia de movimento e deslocamento expandem sua interação com o espaço; a relação com várias línguas, incluindo a escrita e o uso social da matemática. As pessoas podem participar da construção do mundo da alfabetização e de novas aprendizagens dentro e fora da escola; confirmam suas identidades em relação ao grupo a que pertencem. Podem estabelecer contato com este grupo de forma mais positiva, podendo recebê-los para administrar, reconhecendo suas potencialidades, regras de relacionamento entre pessoas dentro e fora da escola e pela valorização das diferenças.

Em concordância, o documento BNCC para Ensino Fundamental- Anos Iniciais, (2017), aponta que as experiências para o desenvolvimento da fala e das técnicas de percepção, entendimento e exibição, que levam a se tornar partes significantes para a se apropriar do sistema da escrita alfabética e de outros sistemas de representação, como os signos matemáticos, os registros científicos, obras de arte, e materiais da mídia em geral, e ainda as formas de representar tempo e espaço, faz com que os estudantes se deparem com uma variedade de circunstâncias que abrangem conceitos e realizações científicas, desenvolvendo a observação, análise, argumentando e reforçando descobertas.

Em outra fase, o documento Base Nacional Comum Curricular (2017), (A Etapa de Educação Infantil), pontua que as crianças e suas vivências familiares, na sociedade e diante da cultura, suas recordações, o ato de pertencer a um grupo, a interação com as inúmeras tecnologias de comunicação e informação, meios que estimulam sua curiosidade e a elaboração de questionamentos, são de fato a própria bagagem do aluno. Essa deve ser valorizada para que

isso envolva o aluno e ele enalteça também o meio ao qual está inserido. O incentivo ao pensamento crítico, o uso da lógica, por meio da criação e fortalecimento da capacidade de formular perguntas e analisar respostas, discutir, interagir diante de produções culturais, exercer o uso das tecnologias que abordam informações e comunicação, possibilita aos alunos ampliar seus entendimentos sobre si, do meio natural e social, das interações do ser humano consigo e com a natureza.

De acordo com o documento BNCC para Educação Infantil (2017), as características de cada idade exigem um trabalho específico no ambiente escolar em que deve se organizar em torno das necessidades dos alunos, suas vivências do momento para que, com base nessas experiências, possam ampliar, gradualmente, o entendimento. Isso se dá pela associação de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade por conhecer o mundo, expressar-se sobre ele, nele atuar, trazendo aos alunos uma exemplificação rica e do seu alcance.

No primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental, a atuação pedagógica deve ter como principal objetivo a alfabetização, visando garantir amplo ensejo para que os alunos aprendam e se integrem ao sistema de escrita alfabética articulado ao desenvolvimento das demais habilidades como a leitura, escrita e a interação em práticas diversificadas de letramento. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010.

Os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo (BRASIL, 2010, p.15).

No decorrer do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e segundo o documento da BNCC, (2017), que norteia esse nível, a consolidação do conhecimento se dá pela valorização das aprendizagens anteriores e pela variação das condutas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando seus interesses e expectativas quanto ao que ainda necessitam aprender. Amplia-se a autonomia cognitiva, a compreensão de regras e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais complexos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a tecnologia, com a natureza, com a história e com a cultura.

Além de tais tópicos alusivos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na produção dos currículos e das propostas pedagógicas, devem ainda ser considerados parâmetros que assegurem aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens entre ambas as fases do Ensino

Fundamental, de modo a estimular maior incorporação entre elas. Ou seja, currículos indissociáveis que deem tanto ao professor que fará o planejamento, quanto ao aluno que necessita de certa linearidade para seu pleno e real desenvolvimento. Afinal, tal modificação se manifesta por mudanças pedagógicas de cunho educacional, decorrentes principalmente da distinção dos componentes curriculares. Como destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010,

Os alunos, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais (BRASIL, 2010, p.20).

Em conformidade com a BNCC (2017), A Etapa do Ensino Fundamental efetivará as adaptações necessárias e articulações a dar um real segmento aos conteúdos, tanto no 5º quanto no 6º ano, como forma de apoio na transição do aluno para uma metodologia, podendo evitar uma falha no processo de aprendizagem, garantindo assim condições maiores de alcançar o objetivo.

3 A EDUCAÇÃO INTEGRAL; EDUCAÇÃO DO FUTURO, AGORA

Conforme O Instituto Ayrton Senna, e seus autores (2018), a Educação integral muito se confunde com a ampliação do tempo ou do espaço. Quando falamos de educação integral, fala-se na verdade sobre a dimensão qualitativa da educação integral. Assim o ensino integral, mais do que um mecanismo de garantia, vem para alcançar o desenvolvimento pleno. É aquilo que vai ressignificar a educação e trazer a educação brasileira mais perto daquilo que o jovem brasileiro está buscando. Fala-se então na plenitude de todas as pessoas e não apenas de uma única classe, ou indivíduo, assim, desenvolvendo suas habilidades cognitivas, aprendizagens escolares, autonomia no campo profissional, pessoas mais humanas, que saibam conviver e respeitar o outro, que tenha uma habilidade, capacidade de autocrítica, de autogestão, de saber compartilhar momentos e aprendizados, que saiba colaborar, pois a escola também é um espaço em que esses elementos podem se desenvolver.

Desenvolvimento pleno no contexto de Educação Integral, de acordo com O Instituto Ayrton Senna, e seus autores (2018), significa formar para autonomia, ou seja, formar para que os estudantes ao final da educação básica consigam buscar de forma autônoma o seu desenvolvimento como pessoa, desenvolver seu projeto de vida e também enfrentar seus desafios e as demandas do século XXI, em uma sociedade volátil, incerta, complexa, ambígua,

e muito tecnológica. A Base chama a atenção para a responsabilidade que temos em todas as escolas, todos os dias, desenvolver em nossas crianças, adolescentes e jovens a capacidade de se auto conhecerem, para que busquem seus sonhos e conquistas de forma geral, mostrando ao estudante que ele é capaz. Desse modo, com tal percepção o aluno se vê pronto e com autonomia suficiente para tomar decisões e aprender coisas que ele queira ao longo da sua vida.

Portanto, o Instituto Ayrton Senna (2018),o qual estuda de fato os objetivos desse documento ressignifica para que efetivamente consigamos um mundo igualitário, quando se trata de oportunidades ofertadas, todos temos que ter a oportunidade, para isso é preciso pensar com uma mente plena, uma visão ampla. Segundo a Constituição Federal (1988), diz que o objetivo da educação é o desenvolvimento pleno dos alunos, esse tipo de educação é o que devemos conhecer como educação integral, que estuda de fato os objetivos desse documento.

4 DEZ COMPETÊNCIAS

Em toda a educação básica, a aprendizagem básica, definida no documento BNCC (2017), pode ajudar a garantir o desenvolvimento das dez habilidades gerais dos alunos, que devem refletir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento no âmbito da docência. Na BNCC, a competência é definida como a capacidade de mobilizar conhecimentos (conceitos e procedimentos), aptidões (prática, cognição e emoção social), atitudes e valores com a finalidade de resolver as necessidades complexas do cotidiano, para o exercício pleno da cidadania e do mundo do trabalho.

Para BRASIL (2013), na definição dessas capacidades, a educação tem o importante papel de reconhecer valores e promover práticas que contribuam para a transformação social, justa e humana do indivíduo, com o objetivo de proteção da natureza. Mostra, também, que é consistente com a “Agenda das Nações Unidas 2030” É necessário enfatizar que as capacidades gerais da educação básica apresentadas a seguir estão inter-relacionadas e se refletem nas propostas metodológicas de ensino para as três etapas da educação.

Título: Competências gerais da Educação Básica

01	Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
02	Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

03	Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
04	Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
05	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
06	Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
07	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
08	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
09	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: BRASIL. BNCC. Base Nacional Comum Curricular. Versão final homologada da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 9).

A BNCC (2017), traz uma grande inovação ao estabelecer 10 competências gerais para nortear as áreas de conhecimento e seus componentes curriculares. Segundo o documento, o desenvolvimento dessas competências é essencial para assegurar os direitos de aprendizagem de todos os estudantes da Educação Básica. Desse modo, as 10 competências gerais comunicam aos educadores uma mensagem importante, quem é o estudante que a BNCC propõe formar.

5 CURRÍCULO E DISCIPLINAS TRANSVERSAIS

Segundo o Material Complementar para a (Re)Elaboração dos Currículos (2018), a educação cívica exige que as questões sociais sejam levantadas nos materiais suplementares do currículo (suplementar) para que os alunos aprendam e reflitam. A inclusão de questões sociais nos currículos escolares não é uma preocupação sem precedentes. Esses temas têm sido discutidos e incorporados aos campos relacionados às ciências sociais e naturais, e algumas propostas também têm constituído novos campos, como temas ambientais e de saúde.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais incorporam esta tendência e agregam-na ao currículo para formar temas claros e abrir novos temas, buscando um método de ensino que

considere sua complexidade e dinâmica, tendo a mesma importância do campo convencional Sexo. A flexibilidade e a abertura do curso foram aprimoradas, pois os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e de acordo com os temas dos PCN, podendo ser incluídos outros temas. O conjunto de tópicos aqui apresentados (ética, meio ambiente, diversidade cultural, saúde e orientação sexual) ganhou o título geral de temas horizontais, indicando o método proposto para sua inclusão no currículo e processamento de ensino.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), em seu documento que apresenta os temas transversais, pontua cada um deles como será exposto aqui conforme documento, onde ressalta a importância e objetivo de cada tema a ser trabalhado a partir da formação inicial de toda rede. Este trabalho requer a reflexão moral como eixo norteador, pois envolve posições e ideias sobre sua causa e efeito, história e política. A ética é um dos temas mais eficazes do pensamento filosófico contemporâneo, é também um tema do dia a dia e faz parte do vocabulário que quase todos conhecem. A reflexão moral amplia o pensamento das pessoas sobre a liberdade de escolha, questionando a legitimidade de práticas e valores arraigados em tradições e costumes. Abrange não apenas os comentários sobre a relação entre grupos, instituições e grupos anteriores, mas também as dimensões do comportamento individual. Portanto, trata-se de discutir o significado ético da convivência humana em todos os aspectos da vida social (meio ambiente, cultura, sexo e saúde).

Ainda no documento de orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), a ética enfoca o pensamento sobre o comportamento humano. A grande questão ética é: Como agir na frente dos outros? Os fatos comprovam que tais questões são amplas e complexas, e a resposta significa prestar atenção às posições. A questão central da preocupação moral é que a compreensão da justiça é inspirada pelos valores de igualdade e justiça. Nas escolas, encontra em primeiro lugar, o tema moral na relação entre os intermediários (alunos, professores, funcionários e pais) que constituem a instituição. Em segundo lugar, o tema da ética aparece nas disciplinas do curso, pois é sabido que o conhecimento não é neutro nem permeia diversos valores. Por fim, a partir de 1998, foi encontrado em outros temas horizontais dos PCN porque tratavam de valores e normas de uma forma ou de outra. Em suma, refletir sobre os diferentes aspectos do comportamento humano deve fazer parte do objetivo maior das escolas voltadas para a formação cidadã. Nessa perspectiva, o tema da ética sugere que as escolas desenvolvam trabalhos que promovam o desenvolvimento autônomo da moral, condição para a reflexão ética. Para tanto, foram escolhidos quatro blocos de conteúdo como eixo de trabalho: respeito mútuo,

justiça, diálogo e solidariedade, valores citados no princípio da dignidade humana, um dos fundamentos da Constituição brasileira.

Coerente com a "diversidade cultural" do PCN, para viver democraticamente em uma sociedade diversificada, é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira não é composta apenas por diferentes raças, mas também por imigrantes de diferentes países. Além disso, a migração coloca diferentes grupos em contato. As características culturais do Brasil são diversas, e a coexistência de diferentes grupos nos níveis sociais e culturais são muitas vezes tendenciosas e discriminatórias. O maior desafio da escola é investir na superação da discriminação e na compreensão da riqueza representada pela diversidade étnico-cultural que constitui o patrimônio social e cultural do Brasil, de forma a avaliar as trajetórias específicas que constituem os grupos sociais. Nesse sentido, a escola deve ser um lugar de diálogo, aprendizagem da convivência, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural.

De acordo com a introdução dos temas horizontais no Plano Curricular Nacional (1997), a vida cresce e se desenvolve na forma de ladrilhos sobre a terra, que são uma enorme rede de interligados e interdependentes. Essa rede está intimamente interligada, envolvendo a coleta de elementos biológicos e físicos. Para cada criatura que vive na terra, existe um espaço ao seu redor, no qual todos os outros elementos e as criaturas que com ela interagem formam esse conjunto de elementos, criaturas e relações por meio de relações de troca de energia, constituindo assim o seu ambiente. Explicado desta forma, parece que, quando falamos de meio ambiente, estamos falando apenas de física e biologia. Ao contrário, o ser humano faz parte do meio ambiente, e as relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas também fazem parte do meio ambiente e, portanto, são objetos do campo ambiental. Ao longo da história, os humanos mudaram a maneira como modificam o meio ambiente, criam cultura, estabelecem relações econômicas, se comunicam com a natureza e com os outros. É preciso refletir sobre a relação entre esses aspectos socioeconômicos e o meio ambiente para tomar decisões adequadas em cada etapa em direção aos objetivos como: crescimento cultural, qualidade de vida e equilíbrio ambiental.

PCN's-Saúde (1997) reflete sobre a saúde das pessoas por meio da interação dinâmica entre o potencial pessoal e as condições de vida. É impossível compreender ou mudar esta situação sem considerar que a condição do indivíduo ou da comunidade está relacionada ao ambiente natural, social e cultural. Falar de saúde significa levar em conta, por exemplo, a qualidade do ar, o consumismo desenfreado, o sofrimento, a degradação social e a desnutrição, as formas como diferentes grupos de pessoas entram no mundo do trabalho e os estilos de vida

pessoais. Desde a infância estabule-se atitudes favoráveis ou desfavoráveis em relacionados à saúde, identificando valores observados em modelos externos ou grupos de referência. A escola desempenha um papel importante na construção de uma vida saudável para os indivíduos, pois o próprio nível de educação está intimamente relacionado à saúde dos indivíduos e das populações. A explicação da educação em saúde como disciplina do currículo torna a escola a protagonista e não a treinadora do paciente. Pessoas que têm capacidade de avaliar a saúde, identificar e participar nas decisões relacionadas à saúde pessoal e coletiva. Portanto, a formação do aluno para o exercício da cidadania inclui a motivação e a formação para o autocuidado, bem como a saúde como direito e responsabilidade pessoal e social.

Para a introdução dos parâmetros curriculares nacionais de Ética da disciplina horizontal (1997), a orientação sexual da escola deve ser entendida como um processo de intervenção docente, cujo objetivo é transmitir informações e debater questões relacionadas com o sexo, incluindo postura, crenças, tabus e seus valores. Esta intervenção realiza-se a nível coletivo, diferente do trabalho pessoal de natureza psicoterapêutica, e incide nos aspectos sociológicos, psicológicos e fisiológicos do sexo. Isso também é diferente da educação conduzida pela família, pois permite discutir diferentes pontos de vista em relação ao sexo sem impor certos valores aos outros.

O trabalho de sexualidade visa proporcionar aos jovens a possibilidade de desempenharem os seus comportamentos sexuais de forma responsável e divertida. Seu desenvolvimento deve fornecer padrões para identificar comportamentos relacionados ao sexo que requerem privacidade e intimidade, e reconhecer o desempenho sexual que pode ser expresso na escola. Três eixos básicos são propostos para orientar as intervenções dos professores: corpo humano, relações de gênero e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis / AIDS.

Ainda no documento Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Temas Horizontais com Orientação Sexual (1998), o método de utilização do corpo como matriz sexual visa proporcionar aos alunos o conhecimento e o respeito pelo seu corpo, bem como pelos serviços de saúde. O conceito de cuidado necessário. A discussão de gênero promoveu questionamentos sobre os papéis estritamente estabelecidos para homens e mulheres na sociedade, o valor agregado de cada papel e a flexibilidade desses papéis.

O trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis / AIDS permite disponibilizar informações científicas e atualizadas sobre os métodos de prevenção das doenças. Deve também combater a discriminação que afeta as pessoas que vivem com HIV e AIDS, para promover o comportamento preventivo entre os jovens.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) foram denominados "temas locais" e visavam considerar temas específicos de interesse a serem definidos em um estado, cidade e / ou escola em uma determinada realidade. Uma vez que reconhece a urgência social das questões locais, pode receber o mesmo tratamento que outros temas transversais. Por exemplo, o transporte, embora seja um problema que atinge grande parte da população, tornou-se importante principalmente nos grandes centros urbanos, onde o transporte sempre foi motivo de discussão e está diretamente ligado à natureza extremamente diversa. Por exemplo, considere os direitos de transporte relacionados à qualidade de vida e qualidade ambiental ou ignore as regras de trânsito e a segurança de motoristas e pedestres (o trânsito no Brasil é uma das mais fatais do mundo). Assim, em um sentido amplo, o tema do trânsito é uma reflexão sobre o modo de vida e as relações sociais.

Portanto, de acordo com a temática local, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), relacionados à temática social da escola devem tratar de saberes pertinentes à realidade e, portanto, devem assimilar as mudanças trazidas por essa realidade. Mudanças sociais e problemas emergentes requerem atenção especial para interagir com eles e não os ocultar. Embora o tema tenha sido escolhido com base na urgência da sociedade brasileira, dada a vasta dimensão do Brasil e as diversas realidades que o constituem, é inevitável que certas questões adquiram cada vez mais importância na região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Pela observação dos aspectos analisados fica claro a importância de tal mudança diante da formulação de currículo e posicionamento das aulas perante o desenvolvimento pleno de cada sujeito que frequenta nosso sistema de ensino em todos os níveis. No entanto, deve-se observar atentamente quanto à qualidade de tal ensino. Deve se pensar na formação, valorização e qualificação dos profissionais de educação e também na valorização das diversas culturas, questões sociais e inúmeros fatores que fazem com que o Ensino cumpra realmente seu papel de enriquecer o indivíduo, transformá-lo como cidadão, seu pleno desenvolvimento e crescimento como sujeito ativo na sociedade, na vida escolar e também no profissional.

Trazendo consigo uma reflexão crítica sobre como colocar esse documento em prática, conhecendo de fato o meio em que vivemos, tal feito será de extrema utilidade, trabalhando suas habilidades e competências, tema muito tratado nesse documento que coloca o aluno como personagem principal no processo de ensino, tratando ainda com os temas transversais os quais

são temas “momentâneos”, eles mudam conforme a demanda da sociedade, explicando necessidades do momento, o que torna o debate mais enriquecedor.

Portanto, vale ressaltar que tal documentação deve ser levada em consideração, e mais ainda, ser sempre atualizada e valorizar a qualidade do ensino e o alcance do aluno, garantido a aprendizagem e o desenvolvimento pleno e de qualidade de todos os estudantes, implementando assim, a Base Nacional Comum Curricular de fato e sem adversidades, seguindo seu objetivo e qualificando o aluno para a vida.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base nacional comum curricular: Educação é a base 2017 – Fundamental.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- _____. Constituição: República Federativa do Brasil. **Constituição Federal (1988).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 de mar. 2020.
- _____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, seção 1, p. 28. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 14 de ago. 2020.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 out. 2020
- _____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 18 set 2020.
- _____. **Material complementar para a (re)elaboração dos currículos.** Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_AS_DEZ_COMPETENCIAS.mp4. Acesso em: 21 ago. 2020.
- _____. **Parâmetros curriculares nacionais 1997.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.
- _____. **Parâmetros curriculares nacionais 1998.** Pluralidade cultural. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020
- _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais.** Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionaispdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 de ago. 2020.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- SENNA, Instituto Ayrton **O que é educação integral para o Instituto Ayrton Senna.** 2018. 2:47 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A8avOMyFNyY>. Acesso em:

_____. Instituto Ayrton, **BNCC: construindo um currículo de educação integral.**

Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/BNCC/o-que-e-BNCC.html> Acesso em: 04 set. 2020.